

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GILMAR JOSÉ MACHADO

O PLEBISCITO CHILENO DE 1988: UMA ABORDAGEM DAS PROPAGANDAS

**PORTO ALEGRE
2014**

GILMAR JOSÉ MACHADO

O PLEBISCITO CHILENO DE 1988: UMA ABORDAGEM DAS PROPAGANDAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

**PORTO ALEGRE
2014**

O PLEBISCITO CHILENO DE 1988: UMA ABORDAGEM DAS PROPAGANDAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Aprovado em: 10/12/2014

BANCA EXAMINADORA

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli - (Orientador) UFRGS

Mathias Seibel Luce – UFRGS

Rafael Hansen Quinsani – (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Minha memória traz várias pessoas que foram, de alguma forma, importantes na minha vida escolar e acadêmica. Todas contribuíram de alguma forma para tornar esse trabalho possível.

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Milita, e a meu pai, Vilmar, por todo amor, carinho, ensinamentos e apoio que sempre me deram. Serei sempre grato a toda compreensão e paciência que tiveram comigo durante todos esses anos. Vocês são os principais responsáveis por tudo isso.

Agradeço à minha irmã, Lidiane, que mesmo sendo mais nova, sempre foi muito mais sábia e me deu os melhores conselhos para que eu pudesse seguir meu caminho.

Agradeço a toda família, tios, tias, primos, primas e à minha avó, por toda torcida desde que mudei de cidade.

Agradeço a meus amigos e minhas amigas, aos “parsas” e às “parsas”, aos mestres e às mestras, pela amizade, pelos momentos que passamos juntos, pelos conselhos, pelo aprendizado que me proporcionam, por estarem comigo nos momentos de euforia ou melancolia. Vocês foram fundamentais na minha caminhada, e eu não conseguiria sem vocês.

Agradeço à UFRGS pelo investimento feito em mim, por me dar moradia, alimentação e transporte, e pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

Agradeço ao pessoal do projeto Memória Faced, pelo acolhimento, amizade e compreensão quando precisei de tempo para a realização de trabalhos, estudar para uma prova ou para colocar em dia minhas leituras.

Agradeço aos professores e professoras que tive durante a graduação, em especial ao orientador desse trabalho, professor Cesar Guazzelli, e à professora Carla Meinerz, por me ajudar a enfrentar os desafios da prática docente.

A todos que me apoiaram, que acreditaram e confiaram em mim quando nem eu mesmo acreditava, meu mais sincero **MUITO OBRIGADO!**

La historia es nuestra, y la hacen los pueblos[...]Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor.

Salvador Allende (1908 – 1973) – Presidente do Chile de 1970 a 1973

RESUMO

Esse trabalho pretende abordar a conjuntura chilena de final de uma ditadura que ocorreu através de uma consulta popular. Dessa forma, tentaremos compreender como uma oposição que se viu perseguida durante os anos de ditadura conseguiu, com apenas um mês de campanha publicitária na televisão, derrotar o Terror de Estado que dominava o Chile e os meios de comunicação do país. Além das diferenças entre as duas campanhas publicitárias para o plebiscito (SI e NO), será abordada também a importante aliança realizada pelos partidos de oposição que tinham, como projeto único naquele momento, levar a democracia de volta ao Chile, algo que ocorreu com a vitória diante da ditadura no plebiscito chileno de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Plebiscito; Chile; Ditadura

ABSTRACT

This paper intends to discuss the Chilean context of a dictatorship that ended through a plebiscite. It is an attempt to comprehend how an opposition that had been pursued through the dictatorship managed, in only a month of televised publicity campaign, to defeat the State terrorism that ruled Chile and all of its means of mass communication. Besides the differences between the two publicity campaigns to the plebiscite (SI and NO), it will also be discussed the important alliance between the opposition parties that had as a single objective in that moment the return of democracy to the Chile which would be accomplished through the victory against the dictatorship in the Chilean plebiscite of 1988.

KEYWORDS: Plebiscite; Chile; Dictatorship

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
CAPITULO 1 ASCENSÃO E QUEDA DA ESQUERDA CHILENA: O GOVERNO DA UNIDADE POPULAR (1970-1973)	11
CAPÍTULO 2 O GOLPE DE ESTADO DE 1973 E A DITADURA DE PINOCHET	16
CAPÍTULO 3 O PLEBISCITO CHILENO DE 1988	21
CAPÍTULO 4 AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA O PLEBISCITO	27
4.1 SI: A ideia de “ <i>un país ganador</i> ” contra o perigo vermelho	27
4.2 <i>La alegría ya viene</i> : a campanha do NO em 1988	31
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A história política da América Latina no século XX, especialmente durante a segunda metade, é marcada por momentos de muita tensão e de diferentes projetos e ideologias, tendo em vista o contexto da Guerra Fria e a influência que Estados Unidos e União Soviética exerciam nos países de terceiro mundo. 1959 foi o ano da Revolução Cubana e a formação de um país socialista no continente americano. O sucesso da revolução socialista em Cuba levou pânico aos setores conservadores e dominantes de toda a América Latina, e os Estados Unidos passaram a intervir fortemente (ou de maneira ainda mais forte que até então) nas questões políticas dos países americanos, criando para isso a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A DSN foi criada pelos Estados Unidos da América, e veio a comandar as ações da superpotência com países do terceiro mundo durante os anos de Guerra Fria.

La concepción fundamental de esta doctrina es que entiende la política como continuación de la guerra. Lo que tiene varias consecuencias: entrega el poder al ejército, transforma éste en un ejército de ocupación en su propio país y militariza la sociedad civil; ideológicamente la militariza, pues la hace funcionar por la represión.¹

Essa doutrina acabou sendo difundida para Ásia, África e América Latina por meio de escolas militares e seu principal objetivo era combater todo e qualquer tipo de projeto que pudesse ser considerado comunista ou marxista, ou seja, uma verdadeira política de guerra contra o “inimigo interno”, a forma como eram identificados os militantes de esquerda. O Chile, inserido nesse contexto da Guerra Fria que se passava na América, não foi uma exceção, e na segunda metade do século XX viveu um momento de explosão de certas dicotomias; democracia e ditadura, esquerda e direita, capital internacional e políticas de estatização, socialismo e capitalismo, estiveram em um fervoroso confronto que atingiu e deixou fortes marcas em toda a população chilena, causando inclusive desabastecimento e escassez de alimentos por conta de boicotes e sabotagens de setores da sociedade chilena, motivados por divergências políticas e pela garantia de privilégios à classe dominante.

Esta tensão no campo político acirrou-se com as eleições presidenciais de 1970 e a vitória de Salvador Allende, da Unidade Popular (UP), candidato da esquerda. Nessa eleição,

¹ MIX, Miguel Rojas. La dictadura militar en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar A.B. (org.). As ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre. UFRGS, 2004. p14

Allende enfrentou dois outros candidatos; Jorge Alessandri, candidato da direita chilena e membro do Partido Nacional, e Radomiro Tomic, membro do Partido Demócrata Cristão. A esquerda venceu as eleições com 36,3% dos votos, contra 34,9% do candidato do Partido Nacional e 27,8% de Radomiro Tomic. Dessa forma, a esquerda chegava ao poder no país andino, sendo eleita democrática e constitucionalmente, no processo que ficou conhecido como sendo “A via chilena para o socialismo”.

Porém, o fantasma de Cuba permanecia a pairar nas mentes conservadoras do Chile e dos Estados Unidos, e o governo da Unidade Popular enfrentou sérias dificuldades por conta disso. Às reformas empreendidas pelo governo de Allende seguiram-se boicotes e sabotagens de setores privilegiados da sociedade chilena, bem como do capital internacional, liderados pelos Estados Unidos da América. Por conta desses boicotes e sabotagens da classe dominante chilena, o governo Allende entrou em crise e, a 11 de setembro de 1973, caiu.

Um violento golpe de Estado, liderado pelo General Augusto Pinochet, colocou fim ao governo da Unidade Popular, e o Chile entrou em um período sombrio de sua história, sendo comandado a partir de então com mãos de ferro por Augusto Pinochet. Foi quando tiveram início as práticas da DSN e uma verdadeira caça ao inimigo interno, ou seja, uma caça a todos os setores que apoiavam a esquerda, e o medo tomou conta do Chile com a implantação do Terror de Estado, forma de governo implementada por Pinochet e que baseava-se na pedagogia do medo para comandar a nação. Como dito anteriormente, o Chile não foi uma exceção no campo político na América Latina. Brasil, Argentina e Uruguai também são exemplos de países que enfrentaram regimes ditatoriais, que buscavam garantir a certos setores seus privilégios. Uma dentre tantas características em comum dessas ditaduras foi a tentativa de “maquiagem” do regime ditatorial, tentando sempre trazer a impressão de que se vivia em uma democracia (ou, ao menos, que não se vivia uma ditadura).

No Chile, Pinochet realizou plebiscitos² como forma de trazer legitimidade a seu governo. Ao total, três foram as consultas populares realizadas pelo ditador. O primeiro deles foi convocado para o dia 04 de janeiro de 1978, e o objetivo era questionar a legitimidade do governo. A opção favorável a Pinochet saiu-se vitoriosa, embora fossem discutíveis os números finais do processo devido à ausência de garantias de transparência por parte da ditadura. O segundo plebiscito foi realizado dois anos depois, para que uma nova Constituição fosse ou não aprovada. Em 11 de setembro de 1980, sétimo aniversário do golpe, a população chilena retornou às urnas e proporcionou mais uma vitória a Pinochet, ratificando uma nova

² Ao longo de sua ditadura, Pinochet realizou três plebiscitos (nos anos de 1978, 1980 e 1988). Nos dois primeiros saiu-se vencedor, mas foi derrotado em 1988.

Constituição para o país. Com mais uma vitória consolidada contra a oposição, o Terror de Estado parecia ser invencível. Porém, a história seria diferente no terceiro plebiscito, oito anos depois.

Em 05 outubro de 1988, uma consulta popular foi realizada para decidir se Pinochet continuaria ou não no poder. A Constituição aprovada na consulta de 1980 não permitia a reeleição, mas ainda assim a Junta Militar do país a ignorou e lançou o nome de Pinochet para candidatura à presidência, a qual seu eventual novo governo deveria passar pela votação popular. Duas eram as opções: *SI*, de apoio a Pinochet, e *NO*, para que a ditadura tivesse fim e que o país passasse por eleições livres e diretas para presidente no período posterior à consulta popular. Em uma grande mobilização, a oposição conseguiu o que parecia impossível e venceu o plebiscito, colocando fim à ditadura que já durava quinze anos.

A motivação para esse trabalho surgiu com o filme *NO*, dirigido por Pablo Larrain. Esse filme chileno de 2012 narra a campanha publicitária de oposição a Pinochet no plebiscito de 1988, e ao assisti-lo pensei no quão difícil era derrotar o Terror de Estado naquele contexto. O objetivo do trabalho é abordar o contexto político chileno quando da realização desse plebiscito e, ainda, buscar compreender o que tornou possível a vitória da oposição chilena frente ao Terror de Estado. Para isso, será explorado o período anterior a 1988, que teve grande importância e que foi muito utilizado pelas campanhas no plebiscito. Considero importante buscar uma análise dessa particularidade do Chile em seu processo de redemocratização, que teve sua ditadura derrubada através de uma consulta popular, para tentar compreender como a oposição, censurada e perseguida durante os quinze anos que já se passavam desde o golpe de Pinochet, conseguiu convencer a população a dar fim ao Terror de Estado.

Além disso, desconheço trabalhos que estudem as campanhas publicitárias realizadas durante o processo de plebiscito (até mesmo trabalhos abordando o plebiscito em si são por mim desconhecidos), mesmo que a propaganda política tenha sido uma das grandes protagonistas de todo o processo, exercendo um papel fundamental para o retorno da democracia ao Chile, e por isso considero válido um avanço historiográfico nessa área.

Para a realização desse trabalho, pesquisei na página da Internet do Arquivo do Chile³ a idealização das propagandas, contando com depoimentos de agentes ativos, relatos de políticos chilenos de oposição que também exerceram uma função importante no plebiscito, discursos de Allende e documentos da ditadura. Esse arquivo é de domínio público, e conta

³ www.archivochile.com

com uma vasta documentação da história chilena, especialmente do governo da Unidade Popular e da ditadura militar, tanto documental quanto bibliográfico. O material bibliográfico, com trabalhos disponíveis na página do arquivo, também foi utilizado. Além do acervo do arquivo, fiz uso de relatos disponíveis no *site* intitulado *Memoria Chilena*⁴, igualmente de domínio público e comandada pela Biblioteca Nacional Chilena, que também conta com acervo bibliográfico e imagens, ambos consultados para tratar da questão do plebiscito. A tudo isso, seguiu-se a visualização dos programas eleitorais exibidos pela televisão chilena no mês anterior ao plebiscito.

Assim está dividido o trabalho: em um primeiro momento, tratarei da ascensão da esquerda chilena ao poder, após a vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970. Será abordada a política de Allende e as reformas de base por ele realizadas, bem como as reações contrárias que alguns setores da sociedade chilena tiveram a essas reformas - e as consequências dessas reações para o Chile e para o governo da Unidade Popular. Em seguida, será abordado o golpe de Estado de 1973 que mergulhou o Chile numa impiedosa ditadura. A ditadura de Pinochet será discutida no decorrer do trabalho, dando ênfase na política interna do ditador, considerando especialmente as práticas repressivas ao “inimigo interno” e a criação de um forte aparelho repressivo do Estado, fazendo uso de vários órgãos, cada um com uma tarefa repressiva específica, e algumas considerações quanto à política econômica do ditador.

Na terceira parte, abordarei o plebiscito de 1988, tratando primeiramente do plebiscito em si, buscando compreender como e por que o processo foi realizado para então, finalmente, trazer uma abordagem das propagandas criadas pelas campanhas de situação e oposição. Para esse plebiscito, durante um mês, foram exibidos na televisão chilena, diariamente e com duração de trinta minutos, os programas eleitorais. Penso que tão importante quanto a manobra política realizada pela oposição durante o processo (uma extensa aliança de partidos para que juntos lutassem em favor da democracia), foi o papel desempenhado pelas propagandas, especialmente a de oposição, não somente por essa ter sido a grande vencedora, mas também pela forma como essa propaganda foi pensada e realizada.

⁴ <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html>

CAPÍTULO 1

ASCENSÃO E QUEDA DA ESQUERDA CHILENA: O GOVERNO DA UNIDADE POPULAR (1970 – 1973)

Em 1970, ocorreram as últimas eleições presidenciais no Chile antes da ditadura imposta pelo general Augusto Pinochet Ugarte. No dia 04 de setembro daquele ano, os chilenos foram às urnas para decidir quem governaria o país pelos seis anos seguintes. Eram três as forças políticas no Chile naquele momento; a direita lançou a candidatura de Jorge Alessandri, do Partido Nacional; a esquerda contava com a candidatura de Salvador Allende, da Unidade Popular (UP). O outro candidato na eleição de 1970 era Radomiro Tomic, do Partido Democrata Cristão, um partido que representava a burguesia industrial e comercial, pequena burguesia, alguns setores do operariado e até mesmo alguns latifundiários e que fora formado pela fusão da Falange Nacional (essa uma defecção do Partido Conservador de corte fascista ocorrida em 1938) com uma outra dissidência do Partido Conservador que havia adotado os princípios do cristianismo social proclamados pela Democracia Cristã em diversos países europeus⁵. Nota-se aqui uma conjuntura bastante específica nas eleições de 1970, tendo em vista que os grupos dominantes chilenos apresentaram-se divididos para o confronto com a esquerda, o que acabou colaborando de forma definitiva para o resultado apontado pelas urnas.

O resultado final mostrou um forte equilíbrio entre as frentes, vencendo Allende por uma escassa margem; o candidato da UP obteve 36,3% dos votos, Alessandri 34,9% e Tomic, 27,8%. Conforme previa a Constituição chilena, a eleição passou por dois turnos, tendo em vista que o candidato vencedor não obteve a maioria absoluta. No segundo turno, o caráter da eleição era indireto, e coube então ao Congresso Nacional decidir, entre os dois candidatos mais votados, quem assumiria a presidência. A vitória de Allende foi ratificada pelo congresso e, dessa forma, a esquerda chilena, por meio da Unidade Popular, chegava ao poder.

Salvador Allende (1908-1973) nascera no dia 26 de Julho de 1908. Formou-se médico em 1932 e, em 1933, ajudou a fundar o Partido Socialista. Foi Ministro no governo de Pedro Aguirre Cerda (1938-1941) e foi eleito deputado em 1937. Durante 25 anos, foi Senador e,

⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A revolução chilena e a ditadura militar. In: **WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar A.B. (org.)**. As ditaduras militares na América Latina. Porto Alegre. UFRGS, 2004. P 80.

entre 1966 e 1969, foi Presidente do Senado Chileno. Disputou quatro eleições presidenciais consecutivas (1952, 1958, 1964 e 1970). Nessa última, apoiado por uma aliança de esquerda (Unidade Popular) chegou ao poder, tomando posse em 04 de novembro de 1970.

A vitória de Allende repercutiu fortemente no continente. Após a eleição, muito foi utilizada a expressão “Via chilena para o socialismo”, via esta que não necessitou de uma revolução para que fosse instaurado o socialismo no país. Em seu discurso da vitória⁶, na noite de 04 de setembro de 1970, percebemos a exaltação de Allende ao grande feito que foi a ascensão da esquerda ao poder. O presidente eleito celebra uma “*victoria que tiene proyecciones más allá de las fronteras de la propia pátria[.]Chile abre un camino que otros pueblos de América y del mundo podrán seguir...*”⁷. Entretanto, os Estados Unidos da América e o capital financeiro internacional estavam atentos a não permitir que mais um governo de esquerda se instaurasse no continente, tendo em vista o já consolidado socialismo cubano. Já no discurso da vitória, Allende diz:

*Hemos triunfado para derrotar definitivamente la explotación imperialista, para terminar con los monopolios, para hacer una seria y profunda reforma agraria, para controlar el comercio de importación y exportación, para nacionalizar, enfin, el crédito, pilares todos que harán factible el progreso de Chile, creando el capital social que impulsará nuestro desarrollo...*⁸

Essas intenções manifestadas por Allende em seu discurso da vitória foram vistas com maus olhos pelos setores dominantes da sociedade chilena e pelo capital internacional, além, é claro, dos Estados Unidos da América. Sendo assim, logo após as eleições, tiveram início campanhas golpistas por parte da direita chilena para impedir a posse de Allende. Antes das eleições, o imperialismo estadunidense dedicou-se firmemente na propaganda contra a Unidade Popular, alertando os chilenos do perigo que representava um governo socialista e, ainda, sobre uma possível intervenção militar no país caso Allende tomasse posse. Essa eventual intervenção militar alertada pelos Estados Unidos contava com a simpatia de alguns dos altos setores do exército chileno e da burguesia, como é o caso da multinacional *International Telephone & Telegraph (ITT)*⁹. É importante sempre lembrar o papel desempenhado pela superpotência em sua política externa com os países da América Latina durante a segunda metade do século XX, tendo em vista que a Central de Inteligência

⁶ Disponível em <http://www.archivochile.com/allende> Acesso 18 set. 2014

⁷ Idem

⁸ Id. Ibid

⁹ GUAZZELLI, op. cit., p 84

Americana (CIA) patrocinou e incentivou destituições de governos constitucionalmente eleitos, como foi o caso do presidente João Goulart, no Brasil, em 1964, e do próprio Salvador Allende, nove anos depois¹⁰.

Somando-se a essas campanhas golpistas, já em outubro de 1970, apenas um mês após a confirmação da vitória de Allende, a burguesia chilena deu início a uma série de boicotes e sabotagens, na intenção de criar uma atmosfera de caos e um ambiente inóspito na economia do Chile para o governo que viria a assumir o poder. Dentre essas sabotagens, pode-se citar a exportação clandestina de gado para a Argentina - por parte de latifundiários chilenos-, uma grande retirada de depósitos bancários, suspensão de inversões financeiras e envio de divisas para o exterior. Guazzelli nos explica que:

Estas atitudes eram explicadas pelos próceres da Democracia Cristã como consequências diretas dos temores que os empresários e produtores se ressentiam de uma proposta socialista para o Chile. Mesmo mantendo uma posição aparentemente moderada alicerçada pelo referendo dos democratas cristãos à posse de Allende no Congresso, o partido que abandonava o governo esteve desde seu início comprometido com o boicote à Unidade Popular¹¹.

A partir dessa leitura, pode-se perceber o ambiente hostil criado pelos setores dominantes chilenos da década de 1970 quando da posse do presidente Allende, de boicotes a sabotagens, na tentativa de derrubar a Unidade Popular.

No entanto, mesmo com sabotagens e boicotes, Allende começa a implementar seu programa a partir de 1971. *“Juntos, con el esfuerzo de ustedes, vamos a realizar los cambios que Chile reclama y necesita. Vamos a hacer un gobierno revolucionario. La revolución no implica destruir, sino construir; no implica arrasar, sino edificar...”*¹², afirmava Allende. O programa de governo da Unidade Popular visava a quatro reformas econômicas estruturais: nacionalização das riquezas minerais, em especial o cobre, principal produto de exportação chileno; nacionalização de bancos; reforma agrária e, finalmente, a socialização das principais empresas da produção e distribuição (Área de propriedade social). Dessa forma, Allende atacava o imperialismo e o capital monopólico e buscava, por meio da reforma agrária, dar fim aos latifúndios substituindo-os por assentamentos baseados na propriedade coletiva das terras. Allende aproveitava-se de duas situações para implementar suas reformas; a primeira que os setores golpistas da direita chilena encontravam-se na defensiva após as fracassadas tentativas de destituição da Unidade Popular, e a segunda por conta da grande recepção que

¹⁰ Disponível em: <http://www.archives.gov/> Arquivo Nacional dos Estados Unidos

¹¹ Idem p 86

¹² Disponível em <http://www.archivochile.com/allende> Acesso em: 27 out 2014

suas ideias alcançavam junto à população chilena, fazendo com que o congresso, constituído em sua maioria com cadeiras para a oposição, não vetasse as políticas e programas colocados em prática por Allende. A nacionalização do cobre, a principal riqueza natural do Chile, foi definida por Allende, em seu discurso de 21 de dezembro de 1970¹³, como sendo a segunda independência chilena ou, em outras palavras, como sendo a independência econômica do país. Como pode-se supor, essa medida não foi bem vista pelos setores privilegiados.

Já ao final de 1971, os efeitos da reação da burguesia chilena tornaram-se ainda mais notáveis. Sua ação no Congresso, controlado por ela, boicotou o orçamento financeiro do governo para o ano seguinte, deixando nítido um grande conflito de poderes entre um executivo liderado por forças populares e um parlamento liderado pela burguesia. Além desse conflito entre executivo e legislativo, havia ainda a ação do capital monopólico internacional em retaliação à política de nacionalização da principal riqueza chilena (o cobre), provocando a queda do preço do mesmo e um drástico bloqueio econômico ao Chile.

Assim, ao final de 1971, já era possível vislumbrar o ataque futuro e definitivo à Unidade Popular, surgindo o temor do desabastecimento, um prejuízo fiscal bastante considerável por parte do Estado chileno e o retorno do temor da inflação, temor esse que até então encontrava-se sob controle.

Tiveram início também, ainda no ano de 1971, manifestações públicas de setores descontentes com o governo, como por exemplo a “Marcha das panelas”, uma manifestação que atribuía às políticas de Allende o desabastecimento causado pelo boicote de empresários ao governo. Não bastassem o descontentamento, os boicotes e as sabotagens da burguesia e setores privilegiados, a Unidade Popular ainda teve que lidar com a extrema esquerda do Chile, com a ação do Movimento de esquerda revolucionária (MIR), que fazia uma oposição de esquerda ao governo. Para o MIR, as reformas implantadas por Allende não significavam um caminho para o socialismo; a política de nacionalizações e a formação de uma importante Área de Propriedade Social eram compreendidas como nada além da mudança de capitalismo privado para capitalismo de Estado.

Chegava o ano de 1972, e a situação política e econômica no Chile tornava-se cada vez mais tensa. O capital monopólico continuava a complicar a situação de crise no Chile, criando entraves com a dívida externa, suspendendo o envio de insumos e mantendo a queda do preço do cobre. No campo político, a UP sofria duras perdas, tendo em vista que a Democracia Cristã aproximava-se cada vez mais do Partido Nacional, extremamente

¹³ Disponível em <http://www.archivochile.com/allende> Acesso 23 out 2014

conservador, e essa união formava um bloco muito forte de oposição. Em 1972 um grave problema social atingiu o Chile: a escassez de alimentos. Allende buscou solucionar esse problema criando as Juntas de Abastecimento e Preço (JAP), que chegou a alcançar uma boa efetividade, mas o projeto foi visto pelo conservador congresso chileno como sendo demagógico e ilegal. Notamos que todo o clima de hostilidade já havia sido criado para a derrubada de Allende, e os setores descontentes contavam com as eleições legislativas de 1973 para finalmente derrubar o governo da UP, contando com a maioria de dois terços da oposição no Congresso.

No entanto, de forma inesperada, a UP saiu-se vencedora dessas eleições e, paradoxalmente, essa vitória viria a derrubar a UP, conforme nos é explicado no texto abaixo:

Perigosamente, entretanto, os setores conservadores davam-se conta que os meios “democráticos” que tinham sido usados até então não poderiam interromper o processo de transição conduzido por Allende, abandonando quaisquer veleidades legais. [...]. Em 29 de junho, este processo de radicalização redundou no tancazo, quando alguns militares extremados cercaram o Palácio de La Moneda, sede do governo, mas foram controlados em poucas horas pela pronta intervenção do comandante Prats. Este foi um momento decisivo, porque era uma oportunidade de afastar das Forças Armadas os militares comprometidos com a direita, opinião defendida por Prats e outros oficiais defensores dos princípios constitucionais. Ao contrário, o governo Allende evitou o expurgo dos golpistas, visando um acordo com a maior parte da oficialidade, representada pelo general Augusto Pinochet, o que motivou a renúncia de Prats. Pinochet passava a ser o ministro da Guerra¹⁴.

Salvador Allende, ainda no seu discurso da vitória, afirmou: “*Sólo pedimos que respeten – tendrá que ser así – el derecho del Pueblo de Chile de haberse dado el gobierno de la Unidad Popular*”¹⁵. Esse pedido de Allende não foi respeitado pelos setores dominantes, e o governo da Unidade Popular acabou sendo deposto por um golpe de Estado, que levou um verdadeiro derramamento de sangue ao país, cujo número oficial de mortes até hoje se desconhece. Teve início então, a ditadura de Pinochet, e o Chile passa então a viver um momento sombrio de sua história, onde predominaram a censura, a tortura, desaparecimentos e fuzilamentos, práticas típicas do Terror de Estado chileno, conforme trataremos a seguir.

¹⁴ **GUAZZELLI**, op.cit. p 96 – 97. Prats, referido no texto acima, trata-se do General Carlos Prats, comandante do exército no governo da Unidade Popular

¹⁵ Disponível em www.archivochile.com/allende Acesso em 23 out 2014

CAPÍTULO 2

O GOLPE DE ESTADO DE 1973 E A DITADURA DE PINOCHET

O Chile foi mais um dos países latino-americanos que experimentaram uma ditadura militar. No Brasil, em 1964, João Goulart foi deposto do cargo de presidente para que se seguisse uma ditadura¹⁶. No Chile, houve uma certa dessemelhança com o panorama brasileiro: no caso, o presidente Salvador Allende, morto no dia do golpe. Entre 1973 e 1990, o General Augusto Pinochet, após um golpe de Estado que destituiu o presidente Allende, governou o Chile com mãos de ferro. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), criada pelos Estados Unidos da América, foi a base da ditadura chilena.

Enrique Serra Padrós¹⁷ nos explica os objetivos no campo político das ditaduras de segurança nacional que se instauraram na América Latina. De acordo com o autor, na consolidação das ditaduras, seus objetivos seriam: destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar/despolitizar os setores populares; aprofundar a associação e relação com os Estados Unidos; enquadrar sindicatos e/ou grêmios estudantis; impor uma ordem interna disciplinadora e ainda terminar com o pluralismo político.

Já no início de sua ditadura, Pinochet emprega o Terror de Estado (TDE) como principal característica de seu governo. TDE tem como definição um sistema de governo que utiliza a pedagogia do medo para governar, ou seja, as modalidades de repressão impostas pelo governo teriam o objetivo de ensinar, através do medo, o que aconteceria com aqueles que tentassem de alguma forma infringir as regras impostas à sociedade. Nas palavras de Enrique Serra Padrós, o TDE é

...uma modalidade essencialmente distinta do terrorismo individual ou de grupos extremados não-estatais. Enquanto este é responsabilidade de indivíduos que utilizam a violência de forma indiscriminada para atingir e desestabilizar o Estado e a sociedade, o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. É um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo¹⁸

¹⁶ Dentre esses países latino-americanos que sofreram com golpes, podemos citar a Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973), e Bolívia (1964 e 1971)

¹⁷ **PADRÓS, Enrique Serra.** *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional.* Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. P.22

Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6149/000525881.pdf?sequence=1>

Acesso em: 10. Nov 2014

¹⁸ Idem p 64

O golpe de Estado que instaurou esse tipo de governo no Chile ocorreu no dia 11 de setembro de 1973, e esse golpe deve ser compreendido como sendo uma reação ao poder popular que vinha com o governo Allende, de modo que o golpe serviria principalmente para garantir a hegemonia e os privilégios das classes dominantes chilenas. O *Bando*¹⁹ Número 1 da Junta Militar, considerando “ *la gravísima crisis económica, social y moral que está destruyendo el país*²⁰”, exigia a renúncia do presidente Allende como forma de salvar o país do marxismo. O Palácio La Moneda, sede do governo chileno, foi cercado pelos tanques do exército e um ultimato foi dado a Allende para que renunciasse ao cargo de presidente e que, junto de seus aliados, deixasse a sede do governo. Allende não renunciou. O *Bando* Número 5 foi transmitido logo em seguida. Nele, foram apresentadas as razões para que fosse destituído o governo da Unidade Popular:

*...las fuerzas armadas han asumido el deber moral que la Patria les impone de destituir al gobierno que aunque inicialmente legítimo ha caído en la ilegitimidad flagrante, asumiendo el Poder por el solo lapso en que las circunstancias lo exijan, apoyado en la evidencia del sentir de la gran mayoría nacional, lo cual de por sí, ante Dios y ante la Historia, hace justo su actuar y por ende, las resoluciones, normas e instrucciones que se dicten para la consecución de la tarea de bien común y de alto interés patriótico que se dispone cumplir*²¹

Depreende-se da leitura do *Bando*5 que o golpe de Estado era apresentado como uma necessidade, tendo em vista a ilegalidade e ilegitimidade do governo da UP, além de o presidente Allende ter supostamente violado a Constituição. Sílvia Sônia Simões, no entanto, nos explica o porquê do golpe:

O aspecto massivo [...] indica a necessidade premente do desmonte das organizações populares e das medidas institucionais efetuadas no governo de Salvador Allende, visando o restabelecimento da hegemonia incontestável de setores das classes dominantes, com base em um suposto “inimigo interno” que estaria dilapidando seu patrimônio, especialmente no que toca à propriedade privada²²

É possível, então, após essa leitura, perceber uma outra justificativa para os atos dos setores golpistas da sociedade chilena: não permitir a retirada de privilégios dos setores dominantes. E a explicação dada pela autora pode ser facilmente entendida; basta para isso lembrarmos os boicotes e sabotagens da burguesia chilena e do capital monopólico

¹⁹ “*Bando*”, em espanhol, significa Proclamação.

²⁰ Disponível em http://www.archivochile/dictadura_militar Acesso 30.out 2014

²¹ Disponível em http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0023.pdf Acesso em: 30 out 2014

²² **SIMÕES, Sílvia Sônia.** *Canto que ha sido valiente siempre será canción nueva: O cancionero de Victor Jara e o golpe civil-militar no Chile.* Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado em História) 2011.. p 208-209

internacional a todo o governo da Unidade Popular, desde seu início até o golpe, fazendo o possível para que se tornasse insustentável o governo Allende, criando um ambiente inóspito e uma crise de desabastecimento para que um golpe pudesse enfim ser justificado²³.

Consolidado o golpe, no mesmo 11 de setembro, formou-se a Junta Militar de Governo, constituída pelo general Augusto Pinochet, como Comandante em Chefe do Exército; General Gustavo Leigh Guzmán, como Comandante em Chefe da Força Aérea; almirante José Toribio Merino Castro, como Comandante em Chefe da Armada e o General César Mendoza Durán, como Diretor Geral de Carabineros. Augusto Pinochet foi nomeado líder da Junta Militar no mesmo dia do golpe, e governou o Chile desde então pelos 17 anos seguintes.

Figura 1 Junta Militar Chilena. Da esquerda para a direita: César Mendoza, José Toríbio, Augusto Pinochet e Gustavo Leigh



Disponível em <http://www.lapala.cl/2013/pinochet-y-sus-tres-generales-documental-espanolfrances-2004-entrevistas-exclusivas-a-la-junta-de-gobierno> Acesso 12 nov 2014

Dessa forma, “As Forças Armadas do Chile retomaram o papel histórico de defensoras do país desde os tempos da Conquista; o golpe de Estado coloca-as como a representação máxima do nacionalismo chileno”²⁴ A Junta Militar então passou a controlar o Estado, empregando o medo na população, de modo a levar à população chilena um conformismo

²³ O assassinato do Comandante em chefe do exército chileno no período da eleição de Allende, René Schneider, por esse ser um militar constitucionalista que buscou garantir a posse de Allende, deve também ser lembrado

²⁴ **GUAZZELLI, C. A. B.** . *Desde entonces la patria no es la misma* : impressões sobre o Terror de Estado no Chile. In: **SOMMER ALVES, Clarissa de Lourdes & PADRÓS, Enrique Serra.** (Org.). II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos : há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013, p. 26

passivo. Diante da necessidade, então, de derrotar e extirpar o inimigo interno, algumas medidas são tomadas pelos militares. Entre elas, podemos citar: Dissolução do Congresso e do Tribunal Constitucional, suspendendo as funções dos parlamentares em exercício; Dissolução de partidos políticos e, além disso, de qualquer entidade, grêmio ou movimento que se identifique com a Unidade Popular, ou que sejam adeptos das ideias marxistas e todos registros eleitorais foram declarados inválidos e incinerados, além do fechamento de todos os meios de comunicação ligados à Unidade Popular ou à esquerda.

A repressão foi uma característica importante da ditadura de Pinochet. Durante os anos de ditadura, diversos órgãos repressores foram criados com a missão de realizar uma luta contra os “subversivos” no Chile a partir de 1973. O estado permanente de guerra contra o comunismo internacional e seus aliados, conforme a DSN, era a principal motivação para esses órgãos repressivos. Diversos órgãos foram criados: *SIM* (*Servicio de Inteligencia Militar*); *SIN* (*Servicio de Inteligencia Naval*); *SICAR* (*Servicio de Inteligencia de Carabineros*); *SIFA* (*Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aerea*) e a *DINA* (*Dirección Nacional de Inteligencia*). Esse último órgão repressivo consistia em uma polícia secreta treinada por agentes da CIA na Escola das Américas, situada próxima à região do Canal do Panamá, especializada no combate aos “subversivos” dos países latino-americanos. Em uma de suas ações mais famosas, foi arquitetado um ataque a bomba que resultou na morte do general exilado em Buenos Aires, Carlos Prats. Orlando Leterier, ex-embaixador chileno nos Estados Unidos e ex-ministro de Relações Exteriores, Interior e Defesa, exercia uma forte oposição a Pinochet no seu exílio nos EUA, e também acabou sendo morto por uma ação conjunta da CIA com a DINA²⁵.

Não só inimigos políticos pagaram com a vida suas ideologias, mas também artistas e intelectuais. O grande cantor e compositor chileno Victor Jara, por exemplo, foi brutalmente torturado antes de ser assassinado por agentes do Terror de Estado no *Estadio de Chile*, estádio este que foi transformado em campo de concentração para centenas de prisioneiros, muitos dos quais desapareceram ou foram fuzilados. Em 2004, esse estádio foi renomeado como *Estadio Victor Jara*, numa justa homenagem a um grande artista.

Na política internacional de Pinochet, vale destacar o seu protagonismo no Plano Condor, uma terrível aliança com outros governos autoritários da América Latina na caça a seus inimigos comuns (comunistas ou marxistas), e uma abertura da economia chilena ao capital internacional, aderindo o país andino ao neoliberalismo com privatizações, afastando

²⁵ Disponível em: www.archivochile.com/dictadura_militar Acesso em: 10/11/2014

do Estado as responsabilidades em áreas como educação, saúde e previdência. Na ditadura de Pinochet, foram feitas políticas que favoreciam o capital monopólico em detrimento aos empresários locais, acentuando uma recessão econômica, com drástica redução tanto de consumo quanto da produção industrial, causando ainda quebra de empresas de capital nacional e um aumento no índice de desemprego. Diminuir ao máximo a intervenção estatal na economia foi uma das tarefas da ditadura de Pinochet²⁶.

Como visto, o aparelho repressivo montado por Pinochet fez-se muito presente durante sua ditadura. Após o 11 de setembro de 1973, o ditador determinou o fechamento de centenas de meios de imprensa que se opunham ao seu regime, e dessa forma, a oposição só ocuparia espaço novamente na mídia quando da realização do plebiscito de 05 de outubro de 1988.

²⁶ A cobrança de mensalidades para o ensino no Chile, uma das principais heranças da ditadura de Pinochet, foi motivo de fortes protestos por parte das gerações posteriores

CAPÍTULO 3

O PLEBISCITO CHILENO DE 1988

A década de 1980 marcou o fim das ditaduras de segurança nacional em países como Argentina, Brasil e Chile. No primeiro caso, o fim deu-se após o fracasso militar na Guerra das Malvinas contra o Reino Unido e o esgotamento do Regime junto à população. No Brasil, os militares deixaram o poder em 1985 com o término do governo do General João Figueiredo e a devolução do poder aos civis, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência. No Chile, o fim do Regime Militar deu-se de forma muito particular, com a realização de um plebiscito com a participação popular. Dessa forma, no dia 05 de outubro de 1988, a população chilena foi às urnas para decidir entre o retorno da democracia ou a continuidade da ditadura que dominava o país desde 1973.

A realização de plebiscitos foi uma das formas encontradas por Pinochet para trazer legitimidade a seu governo ou, por que não, para passar a imagem ao mundo inteiro de que contava com o apoio da população. Foram três os plebiscitos ao longo de sua ditadura; O primeiro deles ocorrera a 04 de janeiro de 1978. Na oportunidade, a população foi questionada sobre a legitimidade do governo Pinochet. A opção de apoio ao ditador saiu-se vencedora, embora esses resultados sejam discutíveis pela ausência de garantias de transparência no processo de plebiscito e suspeitas de fraude por parte da situação. Pouco mais de dois anos depois, um segundo plebiscito foi convocado pelo general e, dessa vez, os chilenos deveriam aprovar ou rechaçar uma nova Constituição para o país. A votação aconteceu no dia 11 de setembro de 1980, sétimo aniversário do golpe de Estado contra a Unidade Popular, e o resultado final mostrou mais uma vitória de Pinochet.

Dessa forma, com outra vitória contra seus opositores, Pinochet pretendia mostrar ao mundo a legitimidade de seu governo e até mesmo sua popularidade. Assim, Pinochet conseguia fazer desses plebiscitos um verdadeiro instrumento de propaganda oficial de seu governo e um mecanismo para legitimar os aspectos ditatoriais da política chilena. Viria, porém, o plebiscito de 1988, e Pinochet foi escolhido pela Junta Militar para mais um mandato.

Importante, antes de qualquer coisa, é compreender o porquê da convocação do plebiscito que marcaria a transição da ditadura à democracia. Em 11 de setembro de 1980, também na forma de um plebiscito, foi aprovada uma nova Constituição no Chile. A nova carta constitucional estabelecia no art. 25 que “*El Presidente de la República durara en el*

*ejercicio de sus funciones por el término de ocho años, y no podrá ser reelegido para el período siguiente*²⁷. Notemos aqui que o lançamento do nome de Pinochet para continuar no cargo de presidente era inconstitucional dentro de uma constituição proposta pelo próprio ditador, tendo em vista a proibição da reeleição. Em outro trecho da constituição chilena de 1980 constatamos:

*Corresponderá a los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y al General Director General de Carabineros titulares, proponer al país, por la unanimidad de ellos, sujeto a ratificación de la ciudadanía, la persona que ocupará el cargo de Presidente de la República en el período presidencial siguiente al referido en la disposición décimotercera transitoria, quien deberá cumplir con los requisitos establecidos en el artículo 25 inciso primero de esta Constitución, sin que le sea aplicable la prohibición de ser reelegido contemplada en el inciso segundo de ese mismo artículo*²⁸

Entretanto, ignorando a Constituição, os comandantes das Forças Armadas lançaram a candidatura de Pinochet, e a escolha da população deveria ser em forma de plebiscito para aprová-lo ou rechaçá-lo. Temendo fraudes no processo, que suspeitava-se da ocorrência delas em plebiscitos anteriores, e desacreditados nos plebiscitos realizados no Chile comandado por Pinochet, o MIR, após a realização do IV congresso nacional do movimento, manifestou-se contrário à realização do plebiscito em comunicado oficial, exigindo a realização de eleições livres e diretas:

*En los próximos meses, el Pueblo chileno se vera confrontado a la eventualidad de un plebiscito impuesto, que el pinochetismo pretende convertir en un hito que asentara la legitimidad del régimen y la continuidad en el poder del tirano hasta fines de siglo. (...). El plebiscito no és ajeno al historial fraudulento de este gobierno, como ya sucedió con la consulta de 1978 y el plebiscito de 1980.(...). Este plebiscito no se realiza en condiciones democráticas. Por el contrario, la dictadura ha reforzado el uso de la represión en forma indiscriminada (...) Por ello el MIR rechaza el plebiscito como mecanismo válido para que se exprese la voluntad popular, como también rechaza la pretensión de defraudar la decisión soberana de los chilenos mediante la imposición de tan cuestionada institucionalidad ...*²⁹

Essa posição do MIR compreende-se ao levarmos em consideração dois fatos: o primeiro deles trata do aniquilamento do MIR por parte do Terror de Estado, tendo em vista

²⁷ TAGLE, Matías. El plebiscito del 05 de octubre In: Diálogos de justicia y democracia p.08 Disponível em <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-85816.html> Acesso 04 nov.2014

²⁸ Idem p 08-09

²⁹ http://www.archivochile.com/Archivo_Mir/Doc_mir_polit_87a91/mirpoli87a910001.pdf Acesso 04 nov.2014

as centenas de mortes de seus membros desde 1973. O segundo fato refere-se ao histórico fraudulento dos plebiscitos convocados por Pinochet em, 1978 e 1980, e a convicção que esse fato trazia ao MIR de que a história se repetiria em 05 de outubro de 1988.

Apesar da contrariedade de alguns setores da esquerda chilena com mais um plebiscito convocado pelo ditador, uma grande aliança entre partidos e movimentos populares de oposição a Pinochet (aliança a qual o MIR não se juntou) marcou 1988 no Chile, e essa união na oposição a Pinochet acabou por tornar possível impor uma derrota à ditadura. Formaram essa aliança partidos como o Partido Democrático Nacional, Esquerda Cristã, Movimento de Ação Popular Unitário, Partido Humanista, Social Democracia, entre outros que, em comunicado intitulado “Declaración: Concertación de los partidos políticos por el no”, pediam aos chilenos para votarem contra Pinochet.

... reiteramos una vez más que solo la realización de Elecciones libres conducirá al restablecimiento, con plena legitimidad, de la democracia en Chile. Seguiremos, por tanto, trabajando por conquistar elecciones que permitan efectivamente la libre expresión de la voluntad popular.

No obstante, a pesar de las reiteradas propuestas y demandas emanadas de los más diversos y mayoritarios sectores de la vida nacional para que se realicen elecciones libres, el actual Gobierno ha persistido empecinadamente en su decisión de convocar plebiscito

Ante esta continuada negativa oficial, llamamos a los chilenos a votar NO y a derrotar a Pinochet y al régimen en el plebiscito. De este modo derrotaremos también al fraude y conseguiremos la realización de las elecciones libres y competitivas que reclamamos.

*Comprometemos, desde ahora, nuestra voluntad política colectiva para desarrollar una campaña de movilización popular que logre el más amplio compromiso de participación de los más diversos sectores del país, tendiente a asegurar el triunfo del NO en el plebiscito...*³⁰

Consolidada essa aliança estratégica para derrotar o Terror de Estado, duas fortes preocupações atingiam a oposição no período imediatamente anterior ao plebiscito. A primeira delas era a preocupação quanto à lisura do processo eleitoral que se aproximava. Em plebiscitos anteriores realizados por Pinochet, as suspeitas de fraude eleitoral eram muito fortes, tendo em vista a ausência de garantias de transparência desses processos. A outra grande preocupação era, claro, o medo. Sabia-se que estava se fazendo campanha contra um regime que censurou os meios de comunicação e que torturou e matou milhares de pessoas que se opuseram a Pinochet. Essa preocupação é referida nesse comunicado, conforme trecho exposto a seguir:

³⁰ **ORTEGA, Eugenio & MORENO, Carolina.** Declaración: Concertación de los partidos políticos por el NO In: La concertación desconcertada? P 168. Disponível em <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-92967.html> Acesso 09/11/2014

A su vez, advertimos que si de acuerdo a la evaluación que oportunamente haremos en conjunto, el proceso electoral no estuviese revestido de condiciones mínimas suficientes de limpieza, lo descalificaremos. Esta evaluación atenderá, en especial, al número de inscritos en los registros electorales, la facultad operativamente eficaz de control democrático de votaciones y escrutinios, el ejercicio sin trabas de las libertades públicas, el cese de la intervención oficial y de la intimidación a la población, en especial en lo que se refiere a la estabilidad de los funcionarios públicos y municipales, particularmente en las zonas rurales, el acceso equitativo a los medios de comunicación, con énfasis principal en la televisión, y la posibilidad efectiva de hacer libremente la campaña por el NO.

*Estamos convencidos de que tendremos la capacidad suficiente para contrarrestar la abrumadora publicidad y la desembozada presión oficial. Así mismo estableceremos un sistema de fiscalización y control democrático del proceso plebiscitario incluyendo votaciones y escrutinios, lo que junto con la movilización que produciremos, permitirá hacer frente a los intentos de amedrentamiento contra quienes se pronuncian por el NO.*³¹

Chegou então o dia 05 de outubro de 1988, e os chilenos voltaram às urnas para decidir se Pinochet continuaria ou não governando o país (em caso de vitória, Pinochet deveria manter-se no poder até 1997). Aqui, a população deveria votar SI –opção de continuidade de Pinochet- ou NO, para dar fim à ditadura que já completava quinze anos no país e, enfim, retornar à democracia. Como era de se supor, esse plebiscito foi realizado em meio a um ambiente marcado pelo temor ao Terror de Estado chileno, um regime que havia assassinado e torturado milhares de pessoas. Entretanto, a forte pressão internacional aliada ao fato de Pinochet pretender trazer legitimidade a seu governo e a uma eventual vitória (vitória essa que Pinochet considerava certa), no plebiscito de 1988 a ditadura deveria respeitar todas as formalidades de um processo verdadeiramente democrático. Não obstante, foi criado pela oposição, com apoio internacional e como método de garantir a lisura do processo, um sistema de contagem de votos paralelo ao sistema do governo para que, dessa vez, toda e qualquer tentativa de fraude por parte da situação fosse evitada.

Dessa forma realizou-se o plebiscito e tudo correu normalmente. O resultado final da consulta popular mostrou o seguinte:

Opção de votos	Número de votos	Percentual de votos
SI	3.119.110	43,01%
NO	3.967.579	54,71%

³¹idem

Os 2,28% restantes do eleitorado anularam seu voto ou votaram em branco. Após a divulgação do resultado final e a consolidada derrota do Terror de Estado, o diário *Fortín Mapocho* divulgou a manchete: *Corrió solo y llegó segundo*³², ironizando a derrota de Pinochet que era tida como muito improvável pela situação, conforme temos na figura seguinte:

Figura 2 Capa do jornal de oposição *Fortín Mapocho*, após o resultado final do plebiscito



Disponível em <http://www.puroperiodismo.cl/wp-content/uploads/2009/10/fortin2.jpg> Acesso 12/11/2014

Em outra manchete após o resultado final, o mesmo jornal exaltou o fato de a ditadura ser encerrada pelo meio do voto popular, sem nenhuma revolução ou derramamento de sangue. *Le ganamos la batalla con un lápiz*, comemorou o periódico.

³²Disponível em <http://www.guioteca.com/los-80/franja-del-no-detalles-y-recuerdos-que-inspiraron-la-pelicula/>

Figura 3 Diário Fortín Mapocho



Disponível em <http://sigloscuriosos.blogspot.com.br/2007/12/el-ms-importante-plebiscito-en-la.html> Acesso 12/11/2014

Considero ainda um outro fator importante para a vitória da oposição, além da grande aliança entre os partidos chilenos, o papel desempenhado pelas propagandas, especialmente a de oposição. Entre os dias 05 de setembro e 01 de outubro, a televisão chilena exibia os dois programas, da situação e da oposição, e contou com um grande público telespectador. A partir de agora, entramos na análise das propagandas realizadas durante o período imediatamente anterior ao plebiscito chileno de 1988, propaganda que, no meu entender, teve vital importância e exerceu grande influência na população e que, no resultado final do plebiscito, colocou fim a uma das ditaduras mais cruéis e sanguinárias de que se tem notícia.

CAPÍTULO 4

AS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA O PLEBISCITO

O período abordado nesse trabalho, da eleição de Allende à ditadura de Pinochet, será amplamente discutido nas campanhas publicitárias para o plebiscito. A partir de 05 de setembro de 1988 tiveram início as propagandas na televisão. Diariamente, a partir das 23h, eram exibidos os dois programas em cadeia nacional, com duração total de 30 minutos. Tanto a situação quanto a oposição dispunham de quinze minutos cada uma para convencer o eleitor das vantagens ou desvantagens da continuidade do General Pinochet à frente da presidência do Chile até 1997. Desde o princípio, as duas campanhas publicitárias diferenciaram-se radicalmente, e são essas diferenças drásticas que serão analisadas a partir de agora. Num primeiro momento, veremos como a direita criou suas estratégias para dar continuidade a Pinochet e, posteriormente, a propaganda que se saiu vencedora do plebiscito de 1988.

4.1 - SI: A ideia de “*un país ganador*” contra o perigo vermelho

Figura 4 Logo da campanha de Pinochet para o plebiscito de 1988



Disponível em http://es.wikipedia.org/wiki/Plebiscito_nacional_de_Chile_de_1988 Acesso 12/11/2014

A propaganda realizada pela direita chilena foi feita baseando-se, principalmente, na ideia de medo do passado para convencer o eleitorado das eventuais vantagens em escolher pela continuidade de Pinochet. Esse medo consistia em lembrar incessantemente o caos social que marcou o Chile ao final do governo Allende. Foi bastante difundida a ideia de que o Chile era “*un país ganador*” por ter superado os malefícios causados pela Unidade Popular com a

ditadura de Pinochet e que vivia, finalmente, uma estabilidade econômica e social. Dessa forma, o final do governo Allende, marcado por desabastecimento e crise social que foram, na verdade, causados pela classe dominante do Chile, foi bastante explorado. Em praticamente todos os programas do *SI* na campanha televisiva, o cenário caótico de 1973 é trazido à tona. Em um deles, uma frase atribuída ao então presidente é lida: “*Hay harina solo para tres o cuatro dias*”. Essa frase é interpretada pela direita como sendo um “reconhecimento oficial” de Allende do fracasso que foi seu governo. Logo em seguida, é mostrada uma imagem com milhares de pessoas nas ruas de Santiago em busca de pão, e então é dito que a Unidade Popular havia retirado do cidadão chileno o mais elementar dos direitos humanos, que seria o direito ao pão.

Os ataques à UP, aliás, foram uma constante nos programas da situação, o que fez com que a campanha do Sí ficasse conhecida também como sendo o programa do terror. São associados ao governo de Allende todos os problemas sociais enfrentados pelo Chile; violência, inflação, desabastecimento, mortalidade infantil, analfabetismo, falta de esperança, falta de políticas para as mulheres, falta de paz e falta de futuro são citados nos programas como sendo frutos de governantes do passado, e que tudo isso estaria sendo resolvido por Pinochet. “Não merecemos voltar ao passado. Esse é um país vencedor”. Isso tudo relatado com a ajuda de imagens como a seguinte, trazendo valores como pátria e família.

Figura 5 Panfleto da campanha do SI



Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Chilean_national_plebiscite,_1988 Acesso 12/11/2014

Outro aspecto importante utilizado pela situação foi a tentativa de passara todos a ideia de que vivia-se uma democracia no Chile, a “maquiagem” no regime que Pinochet buscou desde seu início como forma de dar legitimidade à sua ditadura. “Você decide”, “A escolha é sua”, “Você tem o direito de escolha” são frases que apareceram incessantemente nos programas eleitorais. Dizia-se, nos programas, que o Chile já ganhou a democracia e que, ao final do novo mandato de Pinochet (que iria até 1997, caso vencesse o plebiscito), ocorreriam eleições diretas para presidente. Essa promessa de Pinochet já havia sido feita em 1980, quando o ditador assumiu o compromisso constitucional de não tentar a reeleição em 1988, promessa essa que não foi cumprida. Não bastasse tentar tornar a ditadura de Pinochet um regime democrático, os publicitários contratados pela situação associavam o governo de Allende (e governos de esquerda, no geral) a tiranias. Comparações entre Estados Unidos e Cuba, Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental, Nicarágua e Costa Rica são bastante exploradas. “É raro encontrar um cubano que, estando em Miami, decida voltar a Cuba”, diz o locutor durante o programa. “Ninguém volta ao socialismo. Vote sim. Se quer democracia, vote sim”, encerra o locutor do programa eleitoral.

Um outro ponto que a direita tentou trazer foi a ideia de “bom velhinho” de Pinochet. O governo de Pinochet não era popular, mas ainda assim era bastante explorada a imagem de Pinochet junto ao povo, abraçando especialmente crianças e idosos. Na imagem abaixo, podemos observar uma tentativa de mudar a imagem de Pinochet. Nela temos, à esquerda, um cartaz com o principal discurso da direita, o país vencedor, e à direita, a imagem de um Pinochet bastante sorridente, sem trajes militares, bem diferente de imagens do Pinochet anterior a 1988. Essa diferença torna-se evidente ao compararmos a figura abaixo à figura 1

Figura 6 A imagem que publicitários do SI queriam de Pinochet



Disponível em <http://www.cooperativa.cl/noticias/pais/politica/5-de-octubre/este-jueves-chile-recuerda-los-18-anos-del-triunfo-del-no/2006-10-04/202727.html> Acesso 12/11/2014

O balanço final da campanha do SI foi um fracasso, reconhecido pelos responsáveis pela campanha. Sergio Fernández, ex-ministro da ditadura de Pinochet, afirmou:

Los resultados fueron lamentables. Al cabo de muy pocos días nadie pudo ignorar la evidente superioridad técnica de la franja del NO: mejor construcción argumental, mejores filmaciones, mejor música. Su melodía característica en torno a la frase “ la alegría ya viene” era tan pegajosa, que hasta partidários del SI llegaron a tararearla inconscientemente³³

Derrotados pela propaganda, o reconhecimento oficial de que a campanha de oposição foi superior apareceu. Vejamos então, a partir de agora, a propaganda que trabalhou para a queda de Pinochet e colaborou com o fim de uma ditadura que já durava quinze anos no Chile.

³³Disponível em http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/muertepin8/muertepin8_0039.pdf Acesso 08/11/2014

4.2 - La alegría ya viene: a campanha do NO em 1988

Figura 7 Logo da campanha de oposição a Pinochet



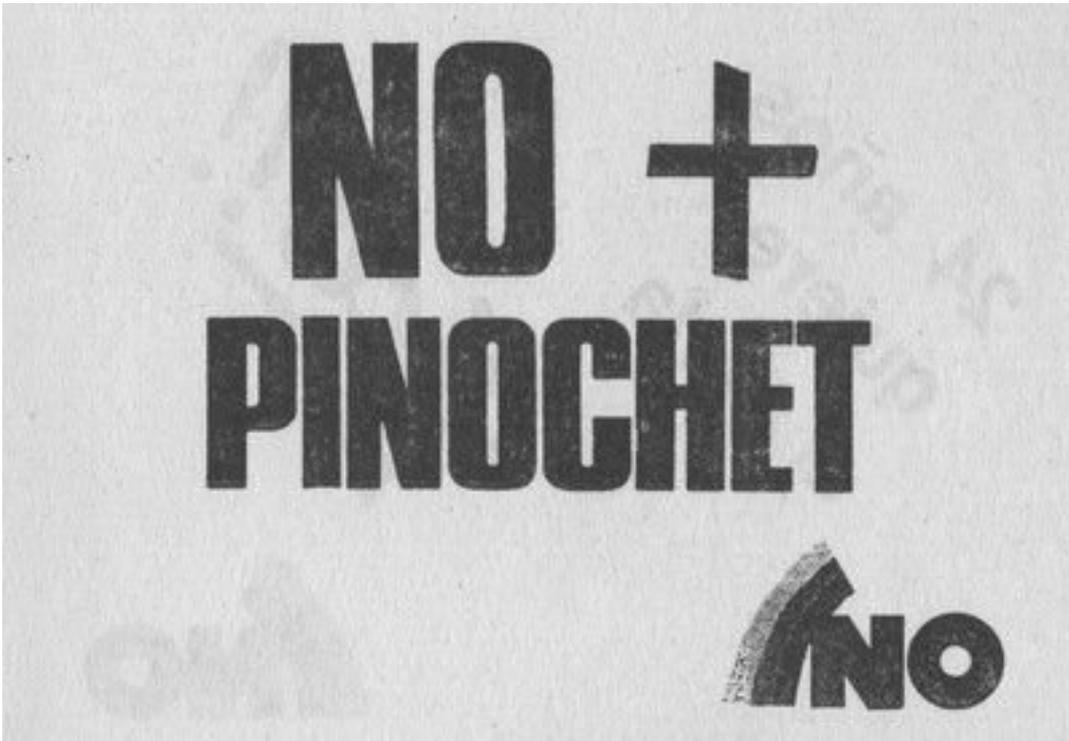
Disponível em <http://www.espaciomural.com.ar/chile-la-alegria-ya-viene/> Acesso 12/11/2014

“*Sin odio. Sin violencia. Sin miedo. No más. Vote No*” Essa foi a principal mensagem da campanha publicitária de oposição a Pinochet. O sucesso da campanha publicitária da oposição foi estrondoso e virou até filme³⁴ e, ao contrário da propaganda feita pela situação, a oposição, ao invés de dar prioridade ao terror e à tirania que atingiam o Chile naquele momento, optou por uma estratégia diferente e audaciosa. Prevalciam nos programas da oposição o sorriso e a esperança de construir um país melhor a todos. “*Chile: La alegría ya viene*” foi um *jingle* criado que conquistou a população, trazendo, através de artistas que o cantavam, alegria e esperança para o Chile em meio à ditadura de Pinochet. A propaganda da oposição foi inteligente, sutil e efetiva desde o primeiro programa. Sem desqualificar a propaganda rival, os publicitários do NO investiram em uma emotiva mensagem de esperança em seus programas, sempre acompanhada de um bom humor nas mensagens.

Em meio a isso, claro que não faltavam também críticas aos problemas sociais causados pela ditadura. Em um dos programas, uma senhora vai a uma padaria comprar pão, e não tem dinheiro suficiente para comprar nada a mais. O vídeo é encerrado com a expressão *No más*, expressão muito utilizada na campanha, em temas como Não mais miséria (como nesse caso), Não mais tortura, Não mais mortes, entre outros.

³⁴ NO, de Pablo Larrain (2012)

Figura 8 Panfleto da campanha do NO



Disponível em <http://voces.org.sv/2012/10/04/en-chile-el-pueblo-derrota-a-la-dictadura/> Acesso 12/11/2014

Mas não foi isso que marcou a campanha. Em um dos jingles criados pela campanha, “*No lo quiero no*”, cantado por diversos artistas chilenos, a ironia ao ditador é bastante forte. Uma ironia em cima da figura de Pinochet, com frases como “Não me convence sua cara de chefe” ou “Não há palavras para defini-lo/ Não há versão para justificá-lo” conforme percebemos no trecho da letra a seguir:

*Me hace mal ver lo todos los días
 Me molesta su sonrisafría
 Me incomoda su literatura
 Me deprime su milicultura
 No, no, no
 No me gusta no, no no quiero no
 No me gusta no, no lo quiero no
 No prospera su teje-maneje
 No convence su cara de jefe
 No produce versos emotivos
 No provoca tenaces gemidos
 ... No hay palabras para definirlo
 No hay versión para justificarlo*

*No hay salud para clasificarlo*³⁵

Genaro Arriagada H. foi secretário executivo da grande aliança de partidos políticos chilenos que juntaram-se na campanha do Não a Pinochet. Em um depoimento, o então secretário relata:

*Nuestro gran acerto fue comprender que el plebiscito de 1988 era un tipo de proceso electoral muy distinto a una elección democrática normal. En una democracia establecida, una elección es una competencia entre las ideas y proyectos representados por líderes que tienen diferentes carismas. Las elecciones para poner término a un régimen autoritario son, en cambio, una lucha por la dignidad y contra el miedo.*³⁶

Em outro depoimento, o mesmo afirma: “*Definimos que la campaña fuera alegre, optimista, una campaña que no provocara temor.*”³⁷. Não ao pessimismo! Podemos afirmar que esse tenha sido o lema da campanha contra Pinochet. Em 1988, a possibilidade de derrotar o regime ditatorial tornou-se real, tendo em vista a já consolidada aliança entre partidos contra o general ditador e o fato de, pela primeira vez desde o Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, a oposição ter a possibilidade de entrar em contato com a população, através dos programas eleitorais que começaram em 05 de setembro de 1988. Essa oportunidade não poderia de forma alguma ser desperdiçada.

Dessa forma, percebemos que a oposição a Pinochet tirou aprendizado das derrotas que havia sofrido em 1978 e 1980, aproveitou muito bem o espaço a ela concedido nos programas eleitorais e passou então a agir de forma diferente da usual, de forma a buscar uma alternativa de derrotar o Terror de Estado que aparentava ser, até 1988, invencível. A campanha do NO passou a agir então no íntimo da população, tentando resgatar sua dignidade e sua autoestima que estavam abaladas com os quinze anos de ditadura, buscando tirar o medo que existia de se enfrentar o governo autoritário. E, para isso, não era possível fazer um discurso agressivo contra Pinochet, mas sim buscar um discurso forte e com conteúdo, mas ao mesmo tempo com moderação e cautela. Terminava então a ditadura de Pinochet. Em 1989, o Chile realizou eleições diretas para presidente e Patricio Aylwin Azócar, do Partido Demócrata Cristão foi o primeiro presidente eleito desde Salvador Allende. *La alegría*, tão

³⁵ “*No me gusta no*”, jingle criado pela campanha de oposição a Pinochet no plebiscito de 1988

³⁶ **ARRIAGADA, Genaro.** *Tres lecciones del 05 de octubre.* In: **TAGLE, Matías.** *El plebiscito del 05 de octubre de 1988* p 19 Disponível em <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-85816.html> Acesso 04/11/2014

³⁷ **VALENCIA, Antonio.** *Crónica de una epopeya: La campaña del no por dentro* Disponível em http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/muertepin8/muertepin8_0039.pdf

cantada durante a campanha, havia finalmente retornado ao Chile, após dezessete anos de repressão, censura, mortes e desaparecimentos causados pelo Terror de Estado imposto por Augusto Pinochet. Foi uma redemocratização bastante conservadora, há que se dizer. Pinochet foi nomeado senador vitalício no Chile, as heranças neoliberais permaneciam fortes, ainda com o ensino sendo pago, além de uma lei antiterror contra o povo *mapuche*. O Terror de Estado foi derrotado, mas suas marcas no Chile contemporâneo permanecem fortes.

CONCLUSÃO

O entendimento dos Estados Unidos, de que a América Latina era uma área de seu interesse durante a Guerra Fria e que era considerada, ainda, uma área vulnerável à ameaça do Comunismo internacional, levou à criação de uma doutrina com o propósito específico de eliminar, a qualquer custo, essa ameaça. Para a América Latina, o preço pago a essa convicção estadunidense foi o de enfrentar ferozes ditaduras, financiadas e treinadas pela superpotência, que não mediram esforços para garantir uma estreita relação com os EUA e eliminar, de qualquer forma, o “inimigo interno”, o “subversivo”, de modo a também garantir a manutenção dos privilégios das classes dominantes nos países latino-americanos. Boicotes e sabotagens a governos de esquerda, voltados às causas reformistas, foram a tônica na América Latina.

Estudamos o caso chileno, uma ditadura que cometeu milhares de crimes e violou os direitos humanos permanentemente entre 1973 e 1990. O enfraquecimento da esquerda, a eliminação de líderes políticos e militantes sociais, destruição de unidades reformistas e perseguição a intelectuais são todas atribuições que devem ser feitas ao Terror de Estado chileno durante os anos em que atuou. Ainda assim, mesmo retraída, censurada e perseguida, a oposição chilena trabalhou unida e forte para derrotar Pinochet em um plebiscito que mudou a história do Chile, trazendo de volta o regime democrático que esteve ausente desde as eleições declararam Salvador Allende presidente em setembro de 1970.

A oportunidade de derrubar uma ditadura sanguinária não poderia de forma alguma ser desperdiçada, e foi com essa ideia em mente que o governo autoritário do Chile foi destituído por uma consulta popular, quando a maioria da população rechaçou manter Pinochet no governo por mais oito anos. Essa grande vitória deveu-se a alguns fatores, dentre eles:

A) A grande aliança que partidos de oposição realizaram, unindo-se para derrotar Pinochet, foi fundamental para o resultado do plebiscito. A *Concertación de los partidos políticos por el no* fortaleceu a oposição, ausente da mídia desde 1973, e desempenhou um importante papel na vitória da democracia

B) Outro ponto que destaque foi o papel das propagandas. As duas propagandas realizadas durante a campanha para o plebiscito diferenciaram-se como o dia e a noite, levando-se em conta a maneira como foram planejadas e realizadas. A campanha de oposição conquistou a população chilena pela sua inteligência, suas críticas e sua criatividade, passando pelo *jingle* que conquistou a todos, o *La alegría ya viene*, enquanto que a campanha de apoio a Pinochet explorou incessantemente o perigo vermelho, a ameaça de caos social que um

governo de esquerda poderia causar, lembrando sempre o panorama que se instalou no Chile no final do governo Allende, uma forte crise que fora, na verdade, causada pelos setores dominantes.

A ditadura de Pinochet, que começou com um verdadeiro banho de sangue no dia 11 de setembro de 1973 - banho de sangue esse que fora classificado como necessário para “purificar” o país - chegava ao final em 1990 com milhares de mortos e desaparecidos, milhares de pessoas torturadas e exiladas e ainda deixava, no plano econômico, o país nas garras do neoliberalismo. Todas as reformas sociais idealizadas por Salvador Allende foram destruídas, bem como os setores reformistas da sociedade chilena, tendo em conta o desmantelamento da esquerda chilena e a perseguição a militantes sociais e intelectuais que lutavam, de alguma forma, para construir um Chile mais justo. Essa ditadura durou dezessete anos, e foi rechaçada nas urnas no histórico 05 de outubro de 1988, o dia em que *La alegría* e a esperança haviam retornado ao Chile.

REFERÊNCIAS

ARCHIVO DE CHILE: www.archivochile.com

ARQUIVO NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS: www.archives.gov

BITAR, Sérgio. **Transição, Socialismo e Democracia. Chile com Allende.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DORFMAN, Ariel. **O longo adeus a Pinochet.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ELQUETE, B. Belarmino & CHELÉN, R. Alejandro. Breve História de Meio Século no Chile. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). **América Latina: História de Meio Século. Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai (Vol. 1)** Brasília: Editora UnB, 1988

GARRETON, Manuel Antonio – *La redemocratización política en Chile – Transición, inauguración y evolución.* Disponível em www.archivochile.com/Ideas_Autores/garretom0001.pdf Acesso 30 out. 2014.

GUAZZELLI, Cesar A.B. – A Revolução Chilena e a ditadura militar. In: GUAZZELLI, Cesar. WASSERMANN, Cláudia. **As ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2004.

_____. . *Desde entonces la patria no es la misma : impressões sobre o Terror de Estado no Chile.* In: SOMMER ALVES, Clarissa de Lourdes & PADRÓS, Enrique Serra. (Org.). **II Jornada de estudos sobre a ditaduras e direitos humanos : Há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai.** Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

ORTEGA, Eugenio & MORENO, Carolina. *Declaración: Concertación de los partidos políticos por el NO In: La concertación desconcertada?* Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-92967.html> Acesso em: 09 nov. 2014.

La historia de las franjas electorales – Plebiscito de 1988. Disponível em: <http://www.lapollera.cl/historia-franja-electoral-plebiscito/> Acesso em: 31 out. 2014.

Las campañas del si y el no para el plebiscito de 1988. Disponível em: <http://ripituc.blogspot.com.br/2012/08/las-campanas-del-si-y-el-no-para-el.html> Acesso em: 30 out. 2014.

MEMORIA CHILENA . Disponível em: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-channel.html> Acesso em: 24 nov. 2014

MIX, Miguel Rojas. *La dictadura militar en Chile e América Latina.* In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar A.B. (org.). **As ditaduras militares na América Latina.** Porto Alegre. UFRGS, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra – *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____ - Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional – In: GALLO, Carlos; RUBERT, Silvania (org) **Entre a memória e o esquecimento – Estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

RIOS, Enrique Correa – *El 05 de octubre en la historia de Chile* Disponível em: www.archivochile.com/Dictadura_militar/muertepin8_0074.pdf Acesso em: 04 out. 2014.

SIMÕES, Sílvia Sônia – *Canto que ha sido valiente siempre será canción nueva: O cancionero de Victor Jara e o golpe civil-militar no Chile*. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2011.

TAGLE, Matías. *El plebiscito del 05 de octubre* In: *Diálogos de justicia y democracia* Disponível em <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-85816.html> Acesso 04/11/2014

WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, Cesar A. B. (ORG). **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.